



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682348 - SP (2021/0232294-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : MARCIO TAVARES DA SILVA LIRA
ADVOGADO : MARCIO TAVARES DA SILVA LIRA - SP414923
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0011649-74.2021.8.26.0050).

O paciente cumpre pena de 24 anos, 10 meses e 6 dias de reclusão, em regime fechado, pela prática dos crimes de latrocínio e posse ou porte ilegal de arma de fogo. O resgate da pena teve início em 13/11/1998 e o termo final está previsto para 28/10/2023.

O impetrante sustenta o direito do paciente à progressão de regime, porquanto, além do requisito temporal, preenche o requisito subjetivo, já que ostenta bom comportamento carcerário e obteve exame criminológico positivo.

Requer, liminarmente, a colocação do paciente em regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A manutenção do indeferimento da progressão de regime foi justificada pelo Tribunal de origem mediante a afirmação de que o paciente cometeu cinco faltas graves no curso da execução penal e de que há o registro em seu prontuário carcerário de que é integrante de facção criminosa.

A propósito, veja-se (e-STJ fl. 19):

*Ora, o reeducando é reincidente e cometeu crime gravíssimo e de acentuadíssima reprovabilidade social (latrocínio), fatos esses, por si sós, ensejadores da necessidade de mais acurada análise de seu mérito, porque a realidade do indivíduo egresso do sistema penitenciário compreende uma convivência conflituosa com a sociedade, sem deslembrar que **ostenta histórico prisional desfavorável com a ocorrência de cinco faltas disciplinares de natureza grave, além do registro em seu prontuário carcerário de que é integrante de facção criminosa (fls. 36)**, evidenciando que é contumaz na senda criminosa, resistente à terapêutica penal e detentor de total ausência de*

senso de responsabilidade.

Tais considerações revelam a personalidade distorcida do agravante e, por óbvio, exigem a comprovação de que sua periculosidade sofreu a atenuação necessária para que possa usufruir benefício prisional, o que não restou evidenciada no caso sub examine. (Original sem destaques)

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência